

Por um novo Bolsa Família

Denise Paiva

O Bolsa Família deve ser contextualizado numa dimensão histórica e numa abordagem crítica, evidenciadas suas contradições e limitações, além da sua inegável importância.

O programa de transferência de renda, com lógica não contributiva, que vem ganhando escala e feitiço de política universal de proteção social não começou no governo Lula. A referência mais objetiva enquanto política pública se deu no âmbito municipal em Campinas na década de 80.

O Prefeito do PSDB, José Roberto Magalhães, um mineiro de Andradadas, alcunhado de Grama, foi pioneiro nesta estratégia de enfrentamento à pobreza.

A versão pioneira do Bolsa Família no referido município era tão bem estruturada e articulada com outras ações de promoção social e de abertura de múltiplas oportunidades que não era possível afirmar, de imediato, se o sucesso em termos de melhoria na qualidade de vida dos beneficiários se dava pelo subsídio econômico ou por um conjunto articulado de ações, inclusive apoio psicossocial.

No governo Itamar em 1994 merece registro duas propostas de criação de bolsas. A primeira foi uma nítida resposta ao Massacre da Candelária formulada no âmbito do Ministério da Justiça e tinha como foco a retirada das crianças das ruas no Rio de Janeiro.

A segunda foi um documento denominado “**Lugar de Criança é na Família, na Comunidade e na Escola**” com a proposta de criação da Bolsa Educação. Elaborado em conjunto pelo Conselho Nacional dos Direitos da Criança (CONANDA) e pelo Conselho Nacional de Segurança Alimentar (CONSEA), teve amplo apoio governamental e não-governamental e influenciou posteriormente o desenho do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI)

No âmbito estadual, o pioneirismo coube ao Governador do PT do Distrito Federal, Cristovam Buarque em 1995. Surge o Bolsa Escola como estratégia privilegiada para assegurar a permanência das crianças na escola, o que ajudou o Distrito Federal a galgar índices de sucesso no ensino fundamental e no combate ao trabalho infantil.

No âmbito federal, no governo FHC, foram institucionalizados os programas de transferência de renda dos Ministérios da Previdência e Assistência Social, Saúde e Educação que se transformaram em carros-chefe da política social “tucana”

Em 12 de outubro de 1995, o presidente Fernando Henrique ao lado de Ruth Cardoso, Presidente do Conselho do Comunidade Solidária, cria o Vale Cidadania, um subsídio de 50,00 para as famílias que retirassem seus filhos das carvoarias do Mato Grosso do Sul e os levassem para a escola.

Nesse contexto foi criado o PETI que teve o grande mérito de inaugurar junto com o subsídio econômico a jornada educacional ampliada.

Depois das carvoarias o programa chegou aos canaviais e percorrendo o mapa da piores formas de exploração do trabalho infantil se tornou uma referência nacional e internacional exitosa e uma consistente inspiração para o Bolsa Escola e depois para o Bolsa Família.

Apesar do relevo de todas essas iniciativas precursoras do Bolsa Família, a matriz paradigmática foi sem a menor sombra de dúvida o Programa de Renda Mínima do Senador Eduardo Suplicy aprovado em 1992 .

Ousamos dizer que o Programa de Renda Mínima representou não só a voz e o desejo de parlamentares de vários partidos, mas foi a expressão da consciência nacional mais avançada em termos de política social.

“Sempre será vantajoso trabalhar em relação ao não trabalhar....” este é um princípio evocado sempre pelo Senador

Selecionamos algumas contribuições trazidas por Suplicy por acreditarmos o quanto elas são atuais e poderiam estar iluminando o caminho do debate sobre o Bolsa Família.

....”Pensar em desenvolvimento e democracia no Brasil significa propor concretamente formas de redistribuição de renda, sem a qual nem haverá desenvolvimento nem democracia.....”(Herbert de Souza – o Betinho)

“O imposto de renda negativo procura reduzir os efeitos potencialmente desfavoráveis sobre a dedicação ao trabalho e sobre a oferta de mão de obra, estabelecendo os níveis de renda suplementar de forma a estimular a busca de maior renda no mercado de trabalho. (Paulo Nogueira Batista Jr e Carlos Eduardo Carvalho – IESP/FUNDAP)

..”..Respondendo a um direito do cidadão, a ação do Estado, independente de qualquer condicionante que não a do próprio estatuto da cidadania de que o beneficiário é portador, deve ser garantidamente dispensada e, por definição, depurada de todas aquelas características negativas de concepção e forma de implementação” Sonia Miriam Draibe - UNICAMP.

...”Se o país está disposto, acima de tudo, a encarar o problema da miséria, é necessário uma forte dose de coragem em aceitar o doloroso fato de que as pessoas em tal estado, não são empregáveis.....” (Senador Alfredo Campos . PMDB.MG)

Salta aos olhos na análise do Programa do “Suplicy” e na contribuição de todos que o comenta a íntima ligação entre renda mínima, incentivo ao trabalho e combustão ao crescimento econômico, o que não se verifica na gestão do Bolsa Família.

Me arrisco em afirmar que o Bolsa Família e o Programa de Renda Mínima viraram irmãos siameses às avessas!

No dia 26 de outubro de 2009 o Ministro do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Patrus Ananias, em rede nacional afirma que o Bolsa Família tem 12.400.000 (doze milhões e quatrocentos mil beneficiários diretos) e que 3.500.000 (três milhões e quinhentos já se desligaram do programa.

Indago: O governo dispõe de uma pesquisa científica sobre o aconteceu com a vida dos que desligaram do programa?

Na mesma época o governo convocou para um recadastramento do programa.

Indago: Qual a relação custo/benefício deste procedimento?

É inaceitável que a burocracia estatal ainda não se deu conta da inutilidade e do desperdício de recursos que envolvem cadastramento de servidores inativos, pensionistas, beneficiários de programas sociais. Bastava um simples sistema de cruzamento com os cartórios para obtenção da certidão de óbito, que a principal razão destes gastos irracionais seria jogada por terra.

Na análise que estamos fazendo é importante recorrer sempre ao espírito que move o Senador Suplicy e de outros que contribuíram para a aprovação do Programa de Renda Mínima no congresso e na sociedade. Se não tivéssemos tantos ouvidos moucos na elite política o Brasil estaria num rumo muito mais promissor ao desenvolvimento.

A proposta de política social coerente com a concepção filosófica que procura superar a dicotomia entre o econômico e o social, teria alavancado um crescimento econômico a partir da liberação das energias produtivas dos próprios beneficiários, do meio familiar e comunitário. A sabedoria chinesa nos ensina que: “Os fundamentos da natureza humana são idênticos” (I Ching).

Ninguém quer conviver com o fantasma do medo da perda e com a dor da humilhação.

Há um momento em que o espírito nos empurra a procurar além da aparência.

O que o Bolsa Família revela?

O que o Bolsa Família esconde?

Será preciso trazer de novo o garoto para dizer à população manipulada que O REI ESTÁ NU.

O Programa de Renda Mínima do Senador Suplicy revela e também encobre uma verdadeira revolução na forma de conceber a política social e a coloca como propulsora do desenvolvimento econômico. Vejamos:

“...gostaria que vocês pensassem no conceito de renda mínima garantida que seria paga a cada pessoa que não tivesse rendimento até certo patamar, digamos 50 cruzeiros. A pessoa teria o direito de receber, na forma de taxaço negativa, numa proporção de 50% sobre a diferença entre o seu rendimento e aquele patamar definido como mínimo, para que sempre houvesse o incentivo ao trabalho...” (grifo meu)

A preocupação em coibir o uso político eleitoral está presente, contagia e motiva o debate e a produção intelectual em torno do tema.

O senador gaúcho José Paulo Bisol se empenhou junto com notáveis intelectuais e economistas com sensibilidade social como Walter Barelli e Paul Singer que fizeram coro a Antonio Maria da Silveira da Fundação Getúlio Vargas que desde 1975 defende a introdução da renda mínima no Brasil *“de maneira original, pois estaria combinada com a injeção de nova moeda na economia, daquela quantidade de moeda que normalmente seria acrescentada para acompanhar o aumento da produção”*

Um só parágrafo colhido do Parecer da Comissão de Assuntos Econômicos do Senado Federal sobre a matéria revela o quanto o Bolsa Família, hoje, está na contramão do projeto que certamente lhe inspirou e distante dos argumentos “não conservadores” que arrebatarem a vida oxigenada do Congresso no início da década de 1990, no debate parlamentar sobre a questão social.

Coube ao relator Senador Mauricio Corrêa a expressão mais singular da subjunção e inter-relação entre renda mínima e crescimento econômico: ...”*A renda mínima instituída pelo programa terá, ainda, um acréscimo real, no mês de janeiro de cada ano*”,

Igual ao valor do crescimento, por habitante do Produto Interno Bruto do ano anterior”

Assim podemos inferir que o beneficiário de programa de transferência de renda poderia afirmar: “**Vamos aumentar o PIB de assim podemos aumentar nossa renda individual**”

Ainda no parecer da referida Comissão colhemos: ”...*Ademais, o projeto em exame, além de inédito na sua engenhosidade, é um trabalho dos mais sérios, voltado inteiramente para o princípio constitucional, insito no art. 3º, III e de indiscutível viabilidade econômica*”.

O Senador Bisol (PSB/RS) percebeu que o Projeto do Senador Suplicy era o trem da história que passava como possibilidade de cumprir o preceito constitucional disposto no artigo 3º da Constituição de 1988 fez uma indagação história ao rebater argumentos conservadores dos seus pares.

Conservar o quê? Cem milhões de pobres? Para a riqueza de quem?

O bom combatente gaúcho encontrou um contraponto racional no argumento do senador Fernando Henrique Cardoso quando afirmou: “*Nunca deixo de me perguntar como e me perguntar de que maneira será possível chegar ao objetivo. Fazemos uma utopia realista.*

O senador do PSDB de São Paulo foi lúcido na defesa de certos programas como a merenda escolar e ajudou a criar um clima favorável à aprovação do projeto com sua intervenção final: “*...Abre um crédito de esperança muito mais que um crédito em dinheiro, e vamos atender aos acenos daqueles que querem ir um pouco mais além de uma realidade tão dura e tão triste; vamos votar a favor. O PSDB votará a favor da matéria*”

Foi um grande avanço político e social o primeiro projeto de lei aprovado pelo PT em 1992 e mostra claramente uma convergência suprapartidária expressando o melhor do pensamento nacional na política social brasileira.

Todavia ao debruçar sobre o discurso do pensamento conservador inserido no debate vê-se claramente na perspectiva de operacionalização a mudança no DNA da proposta e da própria lei.

Não mais se falava de investimento e sim de gasto social.

Aí talvez esteja o cerne das razões da postergação do Programa de Renda Mínima e das mudanças sucessivas na sua concepção original pela ação tanto do legislativo como do executivo.

O senador do PFL mineiro Francelino Pereira foi a maior expressão enquanto liderança legislativa do pensamento conservador em relação a implantação do programa.

Utopias nacionais impostergáveis de distribuição de renda se apequenaram na moldura do estado brasileiro vocacionado para continuar na sala de espera do desenvolvimento.

Acostumada às políticas sociais tradicionais a burocracia estatal não se molda com facilidade a uma roupa nova, com outro feitio que não fosse o da manutenção e reprodução da pobreza.

Hoje o Bolsa Família, tido ora como panacéia do bem, ora do mal, não conseguiu deixar de ser um aprendiz da “Renda Mínima”.

Nas tentativas de implantação do programa foram feitas concessões que acabaram comprometendo sua essência, como uma política econômica de inclusão, portanto uma política social, capaz de gerar impactos rumo às transformações estruturais. Concessões diga-se de passagem que foram moldando o programa de transferência de renda no Brasil aos ditames dos organismos financeiros internacionais, recrudescendo seu caráter assistencialista, minimalista e com uma gestão que impõe regras de controle que vão na contramão das exigências do mundo do trabalho e do crescimento econômico.

O medo da perda do benefício faz com que o beneficiário fuja como diabo de cruz do mercado formal, da carteira assinada, criando assim uma cidadania de segunda classe para aqueles que ocupam o primeiro degrau da base da nossa pirâmide social, tidos como os miseráveis.

O condicionalismo de jogar a responsabilidade do sucesso escolar e dos cuidados básicos de saúde e nutrição para a mãe/beneficiária, expressa uma visão ideológica moralista em relação à superação da pobreza.

No dia a dia assistimos de forma patética a transferência das tarefas inerentes aos agentes de saúde e educação para os beneficiários do Bolsa Família.

A escola tem o dever de ser atrativa e a criança não poderá ter sucesso a não ser movida por um interesse intrínseco a ela mesma: Motivação!

As crianças que não têm o padrão nutricional desejável são as que mais precisam de proteção social e não podem ser despejadas do programa e dos benefícios monetários como se elas, muitas vezes, recém nascidas, fossem responsáveis pelo fracasso de suas condições de sobrevivência e desorganização de suas vidas.

Em moderna reedição, pelos cartões eletrônicos, o Brasil ainda mantém a herança atávica das políticas sociais na América Latina: Pobres programas sem o horizonte da emancipação do pobre.

As políticas econômicas quando incluem segmentos populacionais antes excluídos passam a ser em essência políticas sociais.

O Bolsa Família deveria ser antes de tudo uma política econômica inclusiva e não uma política social compensatória.

O Governo Lula dando escala e unificando os programas de transferência de renda criados no governo FHC promoveu avanços incontestáveis, todavia urge um repensar. É impostergável, um debate maior, um entendimento nacional, suprapartidário que se aproprie das conquistas e méritos do Bolsa Família, mas reorienta sua filosofia e sua gestão sob a égide de novos pressupostos.

Pressupostos que assegurem aos beneficiários, emancipação, motivação, autonomia, promoção da cidadania e uma articulação simbiótica com o mundo do trabalho.

Erros e acertos dos governos anteriores devem ser considerados, princípios do Renda Mínima resgatados, mas saltos qualitativos são necessários, cumprindo a premissa já registrada:

... "Sempre será vantajoso para o cidadão trabalhar em relação a não trabalhar" (Suplicy).

O beneficiário de um programa de transferência de renda mínima, caso trabalhe, caso gere renda, caso melhore seu padrão educacional e sua qualidade de vida, deveria não só ter seu benefício assegurado como até mesmo aumentado. O insumo que isto poderá gerar na renda nacional será substantivamente maior do que os gastos do programa que se tornarão de fato: Investimento!

Um programa que atingiu a dimensão nacional do Bolsa Família, defendido pelas tendências mais hegemônicas da situação e da oposição tem segredos a serem desvendados e lições a serem recriadas para que possa de fato cumprir o verdadeiro papel da política social: Ser indutora do desenvolvimento sustentável.

Rio de Janeiro, 04/05/2010.